

Reeleição domina debate e gera novas propostas

Plebiscito, referendo e desincompatibilização são as sugestões feitas por senadores ao discutir a emenda que permite a recondução dos eleitos no Poder Executivo

Alcântara sugere política contra desigualdades

Senador Lúcio Alcântara apelou ao presidente da República e ao ministro do Planejamento para que anunciem logo um programa capaz de reduzir as desigualdades que sacrificam as regiões mais pobres do País, especialmente o Nordeste, que ele considera a mais carente e populosa.

Página 7



José Sarney e Odacir Soares visitam, entre outras obras, as futuras instalações da Rádio Senado FM. Página 8

Pedro Simon quer plebiscito, Roberto Freire sugere referendo e Jefferson Peres defende a desincompatibilização dos candidatos. Essas foram algumas das sugestões apresentadas por senadores no debate sobre a reeleição no Executivo. Em resposta a Simon, o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, garantiu que a maioria apóia a possibilidade de recondução dos eleitos no Executivo. Já o líder do PPB, Epitácio Cafeteira, acusou a mídia de estar promovendo a campanha da reeleição. Ademir Andrade considerou a reeleição um "golpe", no que foi contestado por Geraldo Melo. O tema foi debatido também por Valmir Campelo e José Eduardo Dutra. Páginas 4 a 6

Bezerra anuncia votação do parecer sobre o Orçamento na terça-feira

O relator-geral do projeto de lei orçamentária para 97, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), disse que seu parecer final será votado na próxima terça-feira (dia 14) na Comissão Mista de Orçamento, devendo a matéria ser submetida ao plenário do Congresso nos próximos dias 22 ou 23. Ele informou que o parecer inclui cerca de R\$ 1,7 bilhão a mais do que a proposta enviada pelo Executivo.



Carlos Bezerra

Respeitando integralmente a proposta original preparada pela área econômica do governo, o relator disse que o setor social mereceu a maior prioridade em seu parecer. Ele rejeitou todos os cortes que diminuíssem o volume de R\$1,1 bilhão para o setor, que inclui educação, saúde e reforma agrária, entre outras áreas.

Carlos Bezerra disse que, das 50 obras incluídas na proposta original de orçamento e que foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas

da União (TCU), duas já foram excluídas: uma no Ceará e outra na Paraíba. As demais, segundo o relator-geral, ficarão condicionadas aos resultados de uma averiguação que o governo será obrigado a fazer, em prazo estabelecido pela Comissão de Orçamento.

Em reunião entre o presidente do Senado, José Sarney, o presidente do TCU, Homero Santos, o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Sarney Filho, e o relator-geral, ficou acertado que o TCU manterá um organismo de acompanhamento permanente das aplicações previstas no Orçamento. Bezerra considera que essa decisão significará um avanço em favor dos interesses da sociedade e do contribuinte.

**Gilvam e Osmar
querem votar logo
a Previdência**

Página 3

NESTA EDIÇÃO

**Lucena propõe
estatuto para
capital externo**

Página 2

**A pauta do
Senado está em
dia, diz Sarney**

Página 2

Lucena propõe estatuto para o capital estrangeiro

Objetivo, segundo o senador, é comprometer investimentos externos com os objetivos econômicos do País e dar-lhes tratamento semelhante ao recebido pelo Brasil no exterior

A criação de um Estatuto do Capital Estrangeiro foi proposta ontem pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que pretende, com a medida, ajustar a legislação brasileira às novas situações provocadas pelo desenvolvimento do País e pela globalização da economia.

Conforme o senador, o projeto leva em consideração aspectos estruturais dos capitais estrangeiros na economia nacional, estatui mecanismos de controle para áreas estratégicas, adequa o comprometimento dos investimentos estrangeiros diretos com os objetivos econômicos do País e dá, ao capital estrangeiro, tratamento semelhante ao recebido pelo Brasil no exterior.

- Estamos propondo uma definição mais apropriada para o tratamento de capitais estrangeiros

no Brasil, especialmente na participação destes na esfera produtiva, porquanto a reforma constitucional eliminou a distinção entre empresa brasileira e empresa estrangeira - afirmou Lucena, esclarecendo que, além da modernização das normas vigentes, o projeto regula a matéria conforme o disposto na Constituição.

Humberto Lucena explicou que o projeto estabelece limites que resguardam os setores produtivos nacionais dos riscos da desnacionalização. Esse cuidado, conforme disse, se estende tanto por atividades antes restritas ao poder público - caso do petróleo e das telecomunicações - como das que são desenvolvidas pela iniciativa privada - caso dos recursos minerais.

Pelo projeto, os investidores estrangeiros não serão discrimi-

nados quanto à tributação de seus ganhos e não lhes serão impostas restrições cambiais específicas quando resolverem aplicar seus capitais e rendimentos em outros países. Mas, segundo o senador, "resguarda-se a faculdade de o Poder Legislativo adotar

medidas que contemplem a liquidez internacional do Brasil", quando houver ameaça de crise de balanço de pagamentos.

Além disso, a proposição de Lucena limita em 5 mil hectares o somatório de áreas rurais privadas que estrangeiros poderão adquirir sem autorização ou licença. Acima desse limite, a alienação dependerá de aprovação do Conselho Nacional de



Humberto Lucena

Capitais Estrangeiros (CNCE), cuja criação também é proposta no projeto.

Conforme o senador, esse conselho, composto pelos ministros da área econômica e da área diretamente afetada pelo investimento estrangeiro, além de

representantes da classe trabalhadora, do setor privado nacional e internacional, terá funções consultivas e deliberativas, com vistas ao estabelecimento de uma política de administração dos capitais estrangeiros no País. O órgão autorizará, por tempo determinado, a participação do capital estrangeiro nas áreas de assistência à saúde e de navegação de cabotagem e interior.

Agenda de votações está em dia, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, destacou ontem que "a agenda de votações do Senado está rigorosamente em dia", ao comentar a evolução dos trabalhos neste período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Ele anunciou para a próxima semana o início das sessões delibera-

tivas da Casa, com a apreciação de projetos que constam da pauta de convocação.

Com relação à emenda constitucional que abre a possibilidade de detentores de cargos executivos pleitearem a reeleição, Sarney observou que o debate atualmente está concentrado na Câmara dos Deputados, onde a proposta

está tramitando. Na sua avaliação, a matéria deverá chegar ao Senado entre fevereiro e março, caso seja aprovada pelos deputados.

Na condição de membro do PMDB, o presidente do Senado defendeu maior participação do partido nas discussões e na implementação do programa de ação do go-

verno Fernando Henrique, ao mesmo tempo em que previu que a convenção do PMDB marcada para o próximo domingo deverá vetar o fechamento de questão diante do tema reeleição, deixando em aberto a opção a ser feita por seus deputados e senadores.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (14.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 58/96, que dispõe sobre a jornada de trabalho de médicos da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais; *PLC nº 62/95, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e de atividades lesivas ao meio ambiente; e *PLS nº 164/95, que altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna.

Quarta-feira (15.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 6/95, que dispõe sobre a doação e extirpação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, *post mortem*, salvo expressa disposição em contrário, em vida.

COMISSÕES

Segunda-feira (13.01.97)

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do relatório final ao Orçamento Geral da União para o ano de 1997. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Terça-feira (14.01.97)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação do relatório final ao Orçamento Geral da União para o ano de 1997. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Osmar cobra atuação de comissões

Senador quer evitar que a reeleição domine os debates durante o período da convocação e faz apelo para que todas as comissões permanentes da Casa se reúnam a fim de analisar projetos



Gilvam Borges

Gilvam quer aprovar reforma da Previdência

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem a aprovação urgente da proposta de emenda constitucional que trata da reforma da Previdência. Segundo ele, a medida proporcionará à Seguridade Social um caráter semelhante ao do seguro privado, quanto às possibilidades de autofinanciamento, tomando-a "o mais independente possível de reforços de caixa do Tesouro Nacional".

Para Gilvam Borges, existem, ainda, outros pontos positivos no projeto do Executivo, já alterado pela Câmara. Entre eles, citou a exclusividade de que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) terá na arrecadação, fiscalização e administração dos recursos advindos das contribuições sociais, a criação de um regime único de previdência para trabalhadores públicos e privados, o fim das aposentadorias especiais e precoces e a manutenção das aposentadorias dos trabalhadores rurais.

- Salvo algumas pequenas alterações visando ao seu aperfeiçoamento, a proposta que nos chega da Câmara deve ser prestigiada e aprovada com a maior brevidade possível - afirmou o senador, argumentando que a matéria é de "natureza urgente e suprapartidária".

O senador Osmar Dias (PR) dirigiu ontem apelo às lideranças partidárias para que todas as comissões permanentes da Casa se reúnam para discutir as matérias constantes da pauta de convocação extraordinária, como, por exemplo, a reforma da Previdência Social. Osmar Dias disse concordar com o raciocínio do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de que os parlamentares estariam dian-



Osmar Dias

te de uma "pauta de mentirinha".

- Temos a responsabilidade de transformar as duas

pautas e as duas convocações em verdadeiras, porque, ficando apenas na discussão sobre a emenda da reeleição, estaremos condenando a pauta do presidente da República a uma pauta não-verdadeira - disse Osmar Dias, após observar que, assim como os demais oradores que o antecederam na tribuna, falando pela liderança, também estava falando pela "liderança dos sendo-partido".

Decisões em plenário começam na terça-feira

O plenário do Senado inicia na próxima terça-feira (dia 14) as sessões deliberativas da pauta de convocação, apreciando, entre outras matérias, dois projetos de cunho ambientalista. O primeiro, de autoria do Executivo, dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e de atividades lesivas ao meio ambiente. O segundo, de autoria do senador José Bianco (PFL-RO), trata de questões relativas à proteção da fauna.

Ainda na terça-feira, o plenário discute, em turno único, projeto do Executivo que estabelece a jornada de trabalho de médico, médico da saúde pública, médico do trabalho e veterinário da administração pública federal direta e das autarquias e fundações públicas.

Na quarta-feira (dia



José Bianco

15), o plenário do Senado irá discutir e votar, em turno único, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece normas para a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante, após a morte do doador. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, já ofereceu parecer favorável ao texto original do Senado.

Mais três itens serão apreciados pelos senadores

Os presidentes do Senado e da Câmara, José Sarney e Luís Eduardo Magalhães, assinaram ato acrescentando à pauta da convocação extraordinária do Congresso mais três itens para os trabalhos que se prolongarão até o dia 6 de fevereiro.

O primeiro item consiste na proposta de emenda constitucional do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que estabelece o efeito vinculante de decisões do Supremo, objetivando economia processual e de custos.

O ato de aditamento à convocação também prevê o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no Senado para apurar irregularidades relacionadas com autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, entre 1995 e 1996. Prevê também o funcionamento da comissão temporária da Casa para estudar a reforma político-partidária.

Simon: "Reeleição sem plebiscito é violência"

Embora acredite que Fernando Henrique vencerá disputa se for candidato, senador defende consulta popular sobre mudança



Valmir Campelo

Emenda tem o apoio do PTB, revela Valmir

O líder do PTB no Senado, Valmir Campelo (DF), anunciou ontem que a comissão executiva nacional e as bancadas do seu partido na Câmara e no Senado aprovaram uma nota recomendando o voto de apoio à proposta de emenda constitucional que "adota o princípio da reeleição de mandatários, inclusive os atuais, de cargos do Poder Executivo, em todos os níveis".

Em defesa dessa posição, o senador afirmou que o PTB participa da originária aliança que elegeu e dá sustentação política ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele invocou também a legitimidade do princípio da reeleição dos titulares de cargos executivos adotada "pela expressiva maioria dos Estados democráticos". E disse que seu partido pretende posicionar-se sobre esse assunto com "firme transparência perante seus filiados, suas lideranças e, especialmente, a sociedade".

A nota do PTB traz as assinaturas dos senadores José Eduardo Andrade Vieira (presidente do partido), Valmir Campelo e do deputado Vicente Cascione (líder na Câmara). O documento foi divulgado um dia depois de o PFL também apresentar uma nota recomendando o voto dos seus integrantes na proposta de reeleição.

"Reeleição sem plebiscito é ato de violência e não fica bem. Com plebiscito, o presidente Fernando Henrique pode ser reeleito e não ficará devendo nada a ninguém, a nenhum partido político." Foi com frases como essa que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem da tribuna que seja realizado "um plebiscito ou um referendo para que o povo diga se concorda ou não com a reeleição".

Depois de lembrar que, em 1988, os deputados e senadores escolhidos pelo povo para fazer a nova Constituição não quiseram a reeleição, o senador salientou que, cinco anos depois, o Congresso Nacional Revisor também rejeitou a medida. "Por isso, deveríamos ouvir o povo antes de uma vo-



Pedro Simon

tação apressada", observou.

- Como pode agora o Congresso Nacional instituir a reeleição, inclusive com efeito retroativo? - questionou. O senador disse que, em 1988, os então senadores Fernando Henrique e Mário Covas, além do deputado José Serra, votaram contra a reeleição.

Para Simon, a emenda da reeleição está correndo no Congresso sem que se debatam em profundidade detalhes de

como se dará o processo eleitoral. "O senador Franceleino Pereira advertiu que se deve discutir também uma lei para evitar o abuso da máquina administrativa. O Presidente terá que deixar o cargo para se candidatar?", indagou.

- Acho que Fernando Henrique ganhará um novo mandato, se a reeleição passar. Por isso, o plebiscito será importante para ele. Acho que o povo dirá sim à reeleição - opinou.

Sobre a convocação do Congresso, Simon afirmou que "o presidente da República fez uma convocação de verdade, mas com uma pauta de mentirinha. Já os presidentes do Senado e da Câmara fizeram uma convocação de mentirinha, mas com uma pauta de verdade".

PPS defende proposta com referendo

A essência da democracia é a periodicidade do mandato, mas não mudança no meio de um mandato, disse ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE) ao ler, em plenário, "nota dos parlamentares do PPS e do PV acerca da tese da reeleição e da democracia direta". Segundo Roberto Freire, o PPS é favorável à tese da reeleição desde que haja referendo. A nota afirma que a mudança pretendida pelo governo "só terá sentido para garantia de sua legitimidade se for submetida a uma consulta popular".

Sob o título "Oposição que propõe", o documento assinala que, "ao contrário do maniqueísmo oposicionista manifestado por setores à esquerda e à direita, o centro da divergência não está na aceitação ou recusa da tese da re-



Roberto Freire

eleição. Para nós o confronto, este sim democrático, deve se dar na possibilidade ou não de uma consulta popular".

- Não se trata de negar ao Congresso sua legitimidade, mas sim de fortalecê-la, onde o nível de informação e conscientização democrática aumenta e com ele a capacidade de avaliar e criticar os governantes. A consulta popular, ao invés de diminuir o papel do Parlamento, vai aproximá-lo ainda mais da opinião pública, levando a cidadania a esta-

belecer compromissos mais sólidos e duradouros com as decisões políticas nacionais - diz a nota do PPS e do PV.

Ainda segundo o documento, "aliar-se aos setores do malufismo com o propósito de barrar o projeto de reeleição pode confundir e desorientar as forças de oposição de esquerda, cujo caminho é fortalecer a decisão popular, ampliar a democracia e preparar uma alternativa para a maneira como o Brasil está se integrando no irreversível processo de globalização da economia. Não podemos aceitar, tampouco, que a questão da reeleição, pela sua importância institucional, esteja vinculada ao jogo de interesses menores, embora legítimos, que permeia as sucessões das Mesas na Câmara e no Senado".

Arruda diz que maioria dos eleitores apóia a recondução

Para o líder do governo no Congresso, a "boa administração" do Presidente pode ser medida pela inflação anual de 10,03% em SP



Epitácio Cafeteira

Cafeteira afirma que mídia está em campanha

O senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPB, afirmou ontem em plenário que "a mídia está fazendo a campanha da reeleição" e que a queda da inflação se transformou em argumento para que seja aprovada a emenda que institui a reeleição no País. "Não é um jornal. É algo mais que um jornal. O mesmo editorial publicado pelo *Correio Braziliense* consta da *O Estado de S. Paulo* e outros jornais", disse. O editorial do *Correio* fora lido em plenário pouco antes pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso.

Cafeteira discordou da afirmação feita quarta-feira por José Fogaça (PMDB-RS), o qual alertou que a ação do PPB no STF contra a convocação do Congresso feita pelos presidentes do Senado e da Câmara pode levar a uma limitação dos poderes do Legislativo. "Juramos cumprir e defender a Constituição. Mas quando queremos dar sentido a esse juramento, recorrendo ao STF para que ele nos diga o que é constitucional ou inconstitucional, o senador Fogaça entende que essa atitude coloca em risco o Legislativo."

- Estamos usando argumentos que não são constitucionais. Temos medo de que se esclareça que estamos invadindo um terreno que não deveríamos. O PPB está apenas perguntando ao STF o que está certo ou errado na interpretação da Constituição que os próprios deputados e senadores redigiram - assinalou.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, afirmou ontem, em discurso feito assim que o senador Pedro Simon defendeu um plebiscito para a reeleição, que a maioria dos eleitores concorda com a reeleição por considerá-la importante para o amadurecimento da democracia. Arruda leu editorial publicado ontem no alto da primeira página do jornal *Correio Braziliense*, sob o título "A legitimidade da reeleição", e pediu sua transcrição nos Anais do Senado.

O editorial afirma que reeleição "não é nomeação ou prorrogação de mandato: é apenas o direito que o governante tem de disputar, pelo voto direto, secreto e universal, em condições de igualdade com os demais candidatos, mais um mandato governativo". Assim, conforme a opinião do jornal, a reeleição "está



José Roberto Arruda

longe de ser privilégio, abuso de poder ou transgressão da norma democrática". O editorial lembra que o instituto da reeleição existe em "algumas das mais sólidas e tradicionais democracias do planeta, como Estados Unidos e França".

José Roberto Arruda afirmou que a maioria dos brasileiros concorda com a reeleição

ção, entre outras coisas, por reconhecer a boa administração do governo Fernando Henrique Cardoso. Para ele, a boa administração pode ser medida pela inflação de apenas 10,03% registrada no ano passado em São Paulo, conforme dados divulgados pela Fipe.

Para o líder do governo, parte das críticas feitas à reeleição enfatiza o risco do uso indevido da máquina administrativa do Estado por parte do governante que se recandidata. O risco existe mesmo, conforme o editorial lido por José Roberto Arruda. No entanto, o risco "independe da circunstância de ser ou não o governante diretamente candidato. O mesmo mau uso pode se dar - e é o que demonstra a história eleitoral brasileira - por meio de apoio a outro candidato, ligado politicamente ao governante".

Dutra critica "único objetivo" da convocação

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), disse ontem que a discussão em torno da legitimidade do ato de convocação extraordinária (e se a pauta é verdadeira ou de "mentirinha") comprova que o único objetivo de manter o Congresso em funcionamento neste período é mesmo o de votar apenas a emenda da reeleição.

- Nós do PT vamos votar contra a reeleição - anunciou Dutra, para quem o Senado deverá apreciar, durante a convocação, somente dois projetos: o que institui o Funapol (Fundo para Aparelhamento e Operacionalização da Polícia Fede-

ral) e o que estabelece condições para registro e porte de arma.

Para José Eduardo Dutra, o grande problema do Brasil é o que classificou de "fulanização" das leis. Ele disse que, depois da Lei Afonso Arinos e da chamada Lei Fleury, "agora quer se criar a Lei FHC". Segundo o líder do PT, o argumento utilizado pelos que se dizem favoráveis à tese da reeleição representa uma ameaça à democracia.

- Defender a reeleição com o argumento de que a população aprova o governo significa que, no futuro, esse mesmo argumento poderá vir a ser utilizado para o fechamento do Congresso Nacional, para

aprovar a pena de morte, e isso é o grande retrocesso da democracia brasileira - frisou.



José Eduardo Dutra

Jefferson quer desincompatibilização de candidatos

Senador anuncia proposta que determina a substituição de governantes, 30 dias antes da disputa, pela mais alta autoridade do Judiciário

Embora favorável ao "instituto da reelegibilidade", o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou ontem que essa convicção não o impede de preocupar-se com a possibilidade de abuso da máquina administrativa pelos governantes que disputarem a reeleição. Por isso, ele anunciou que vai apresentar proposta exigindo a desincompatibilização dos titulares de cargos executivos, candidatos à reeleição, 30 dias antes do pleito, e determinando que eles sejam substituídos pela maior autoridade do Poder Judiciário.

No caso do presidente da

República, a substituição seria feita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. O governador de estado ou do Distrito Federal seria substituído pelo presidente do respectivo Tribunal de Justiça; e o prefeito, pelo juiz mais antigo da comarca. Jefferson considera equivocada a desincompatibilização atualmente praticada, com a substituição dos governantes por seus vices. Em sua opinião, sendo o vice eleito juntamente com o titular e pertencendo ao mesmo partido ou coligação deste, a desincompatibilização não assegura a isenção de suas decisões.



Jefferson Peres

- Acredito que essa isenção estará atendida pela substituição do chefe do Executivo pela maior autoridade do Judiciário. Afinal de contas, o Judiciário tem, até por dever constitucional, a necessária postura de imparcialidade - argumentou o senador.

Jefferson explicou que o alvo prioritário de suas preocupações não é o chefe do executivo federal nem os governadores de cidades urbanizadas, já submetidos à vigilância permanente da imprensa. Ele disse que seu alvo são os grotões, as cidades miseráveis do interior, "onde impera o mandonismo mais bronco". O senador considerou também política e eticamente recomendável submeter o princípio da reeleição a referendo popular, para dar-lhe legitimidade. E disse que lançava essas propostas para aferir a boa-fé do governo e da oposição.

Ademir alerta para enfraquecimento do Legislativo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou ontem o plenário para a situação em que ficará o Legislativo quando for aprovada a emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República. "Que cada um se prepare para o depois - porque o Congresso será tratado como se não existisse", opinou ele. Ademir entende que a reeleição "é um golpe" que abre caminho para o enfraquecimento do Legislativo.

- Quero alertar senadores e deputados para o fato de que agora tudo está fácil, há ministérios, há verbas, há recursos, há tudo. Depois não haverá nada. Se a emenda da reeleição passar, não haverá adversários para Fernando Henrique Cardoso. Vai ser praticamente impossível ganhar uma eleição dele. A reeleição significa a perpetuação dele no poder - disse.

Conforme Ademir Andrade, o editorial do *Correio Braziliense* favorável à reeleição do presidente foi publicado em todos os jornais dos Diários Associados, multiplicando o apoio da im-



Ademir Andrade

pressão ao governo, que, em sua opinião, é quase geral. Para ele, quando o *Correio*

fala no direito de o povo reeleger o Presidente, na verdade está tratando "é da continuidade do mandato presidencial".

- O presidente Fernando Henrique acha que é o dono absoluto da verdade e, quando passar a reeleição, ele não vai mais querer deixar este país. Os empresários estão felizes, os meios de comunicação devem estar recebendo para divulgar a publi-

cidade oficial do governo, e por maiores que sejam as dificuldades no meio da população, vai ser difícil fazer oposição - frisou.

Ademir Andrade pediu o registro nos Anais do Senado de artigo de autoria de Carlos Heitor Cony publicado na *Folha de S. Paulo* de ontem com o título "Saúde da Casa da Dinda", contendo críticas ao presidente da República e ao PSDB.

Melo: Brasil hoje tem um rumo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contestou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), que ocupara a tribuna para alertar que a emenda da reeleição poderá significar "a perpetuação de Fernando Henrique Cardoso no poder". Melo acha um equívoco tal opinião. "Estamos julgando o presidente Fernando Henrique pelo que ele não fez. É como condenar uma pessoa por homicídio só porque ela tem um revólver na mão."

- Devemos julgar Fernan-



Geraldo Melo

do Henrique pelo que ele vem fazendo para o País. O Brasil hoje é um país que tem um projeto, um rumo. E esse projeto começou com a derruba-

da da inflação - frisou.

Geraldo Melo citou a frase dita por uma empregada doméstica a uma pessoa amiga que criticara o governo Fernando Henrique: "Nunca na vida havia comprado, com meu dinheiro, um quilo de filé. Fiz isso pela primeira vez na vida agora com esse presidente da República". O senador lembrou que os R\$ 15,00 que eram gastos há dois anos na compra de uma cesta básica podem hoje comprar os mesmos produtos.

Alcântara pede política de desenvolvimento regional

Senador lembra que tem solicitado ao presidente da República providências para corrigir desequilíbrios e desigualdades que atingem Centro-Oeste, Norte e Nordeste

Ao lembrar não ser essa a primeira vez que reclama do governo uma política mais racional de desenvolvimento regional, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apelou ontem ao presidente da República e ao ministro do Planejamento, Antonio Kandir, para que anunciem logo um programa capaz de reduzir as desigualdades que sacrificam as regiões mais pobres do País, "especialmente o Nordeste, que é a mais pobre e populosa de todas".

O senador disse que, tradicionalmente, "o Nordeste é uma prioridade adiada" nas políticas de desenvolvi-



Lúcio Alcântara

mento conduzidas pelos governantes brasileiros, o que, a seu ver, pode demonstrar até uma falha na mobilização das bancadas partidárias. Ele entende que o empobrecimento das regiões

mais desprovidas de recursos vem se agravando, e considera esse aprofundamento do desequilíbrio péssimo para todo o País.

- Associada às disparidades de renda, há uma grande concentração de pobres nas regiões menos desenvolvidas do País. Por mais de uma vez estive com o presidente da República para expor-lhe a necessidade de corrigir esses desequilíbrios e desigualdades que atingem o Norte, o Centro-Oeste e sobretudo o Nordeste - disse o senador.

Na opinião de Lúcio Alcântara, essas regiões devem ser alvo de atenção es-

pecial do governo, mas passados 10 anos o que se verifica é uma crescente concentração da riqueza no Brasil, beneficiando principalmente o Sudeste. Depois de informar que o presidente da República já manifestou a Kandir seu interesse em adotar uma política racional de desenvolvimento para aquela região, o senador pediu que esse programa seja anunciado imediatamente, para pronta execução. Em apertes, os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Francisco Escórcio (PFL-MA) associaram-se às preocupações de Alcântara.

Maldaner propõe dedução no IR de contribuições à defesa civil

A dedução no imposto de renda de contribuições feitas para a defesa civil foi defendida ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), como forma de minimizar os problemas causados por calamidades. Ele manifestou, em nome do povo catarinense, sua solidariedade à população dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, "que estão sofrendo os reveses de mais uma catástrofe provocada pelas enchentes".

Depois de salientar que o Funcap (Fundo Especial para Calamidades Públicas), instituído para socorrer financeiramente os municípios nos momentos de crise e possibilitar investimentos na área, está inoperante, Maldaner disse que, além de ter sido contempla-



Casildo Maldaner

do nos últimos três anos com recursos bastante aquém das necessidades, "no exercício de 1996 esse fundo sequer foi mencionado no Orçamento da União".

Maldaner esclareceu que, a partir dessas constatações, apresentou dois projetos de lei: um estabelecendo que pessoas físicas e jurídicas possam fazer contribuições e doações a órgãos e fundos de defesa civil, com abatimentos correspondentes em seu imposto de renda; e outro instituindo a contribuição

sobre seguros e alterando a legislação que trata do Fundo Especial para Calamidades Públicas.

- A idéia é conscientizar o esforço e a solidariedade dos contribuintes que farão maior ou menor uso do permissivo legal na medida em que se sentirem convencidos da importância de manter, em seu próprio benefício, órgãos de proteção contra calamidades - disse.

Maldaner ressaltou que, "ao se permitir a redução do imposto de renda como instrumento de financiamento da defesa civil, na verdade já estará implícita a contrapartida estadual e municipal, na medida em que, da arrecadação daquele imposto, quase metade tem destinação aos fundos de participação federativa".

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), **Polarização:** Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Senado aperfeiçoa condições de trabalho

Serviço de Segurança ganha novas instalações. Próxima inauguração da Rádio Senado completa a formação da rede de comunicação da Casa, que já tem jornal e televisão

O presidente do Senado, José Sarney, em companhia do primeiro secretário, Odacir Soares (PFL-RO), e de outros senadores, visitou ontem algumas obras em execução na Casa que visam ao aprimoramento de sua estrutura física e à melhoria das condições de trabalho de seus servidores.

Na oportunidade, foram inauguradas as novas instalações do Serviço de Segurança e a sala de apoio aos motoristas. Os senadores também visitaram a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e as obras da futura Rádio Senado FM, que deve ser inaugurada no próxi-



Escórcio, Lobão, Sarney e Odacir ouvem explicação do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia

mo dia 28. Sarney manifestou satisfação com o volume de trabalho realizado pela atual Mesa Diretora e com a iminente conclusão do projeto de formação da rede de comunica-

ção da Casa, que já conta com um jornal impresso, a TV Senado e outros serviços.

Acompanharam as visitas Elcio Alvares (PFL-ES), Sérgio Machado (PSDB-CE),

Edison Lobão (PFL-MA), Francisco Escórcio (PFL-MA), Valmir Campelo (PTB-DF), Hugo Napoleão (PFL-PI), Romeu Tuma (PSL-SP) e Mauro Miranda (PMDB-GO).

Quintanilha quer Tocantins com estações geradoras de TV

As atuais repetidoras de sinais de televisão em Palmas, capital do Tocantins, poderão ser transformadas em estações geradoras, se aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), com o argumento de que desde a sua criação, pela Carta de 1988, esse estado ainda não foi contemplado com nenhum processo de lici-



Quintanilha: avanço na comunicação

tação para a exploração de serviços de TV ou rádio.

Segundo o projeto, para

que as repetidoras regularmente instaladas em Palmas possam obter as concessões necessárias à transformação, elas deverão demonstrar, em pedido formulado ao Ministério das Comunicações, o seu enquadramento nas disposições legais referentes ao Serviço de Geração de Sons e Imagens. A concessão teria o prazo de

15 anos, a partir da data de transformação da outorga.

A transformação proposta, segundo Leomar Quintanilha, viria aprimorar a qualidade dos serviços de televisão na região, estimular novos investimentos e gerar novos empregos, "além de possibilitar uma maior integração de vasta região da Amazônia Legal".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JEFFERSON PERES, NABOR JÚNIOR E ROMEU TUMA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
 ■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade
 ■ **Editores** – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
 ■ **Fotos** – Célio Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amarel
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal